

# ESPAÇO E TEMPO: A CORTIÇA NA ARQUITETURA TRADICIONAL PORTUGUESA

RUI FONTES FERREIRA\*

**Resumo:** A utilização de cortiça na arquitetura tradicional portuguesa está assinalada em vários documentos históricos e em vestígios materiais ainda existentes. Tal realidade atesta um uso antigo, prolongado no tempo e, surpreendentemente, disseminado pelo território. Tradicionalmente condicionada ao binómio terra-pedra, a investigação sobre arquitetura popular portuguesa contribuiu para o obscurecimento de outros processos construtivos tradicionais, igualmente significativos e que atestam a existência de uma diversidade destes insuspeita há uns anos atrás. A cortiça foi usada desde tempos indeterminados como elemento construtivo estrutural (taipas e alvenarias específicas), não contando com as aplicações comumente associados às suas funções mais recentes de isolamento e de decoração.

**Palavras chave:** Arquitetura Tradicional Portuguesa; Técnicas de construção; Materiais de construção; Cortiça.

**Abstract:** The use of cork (cork oak bark) in Portuguese traditional architecture is patent in various historical documents and remaining material vestiges. This reality attests to a longstanding use of cork which, surprisingly, spreads throughout the territory. Traditionally reduced to the earth-stone binomial, the research on traditional Portuguese architecture has contributed to obscuring other traditional construction processes, which are equally significant and attest to the existence of an unsuspected diversity of such processes a few years ago. Cork has been employed from time immemorial as element of building structure element (as specific's types of rammed earth and masonry), cumulatively to with its most recent insulation and decoration applications.

**Keywords:** Traditional Portuguese Architecture; Building techniques; Building materials; Cork.

---

\* Universidade de Lisboa – Instituto Superior Técnico. ruifferreira@ist.ulisboa.pt.

## INTRODUÇÃO

Tem-se assistido desde o século XIX a um crescente interesse de investigadores de diferentes áreas pela arquitetura popular portuguesa, daí resultando obras de síntese que contribuíram para o conhecimento de processos construtivos em extinção. Geógrafos, arquitetos, antropólogos e especialistas de outras disciplinas, tentaram sistematizar os modos de construir em Portugal, esforços esses cujo contributo é importante reconhecer.

Apesar da aparente diversidade da investigação até hoje efetuada, deve-se principalmente ao geógrafo Orlando Ribeiro (1945) a criação do modelo conceptual que, em larga medida, tem norteado a análise da arquitetura popular portuguesa. É certo que desde o século XIX e até inícios do século XX haviam sido publicados estudos em que se descreveram alguns tipos e características das nossas construções vernáculas, em apontamentos mais ou menos pitorescos que, embora diluídos muitas vezes numa “parafernália” etnográfica ao gosto da época, não devem ser menosprezados pela investigação atual. Rocha Peixoto e Leite de Vasconcelos, entre outros, foram pioneiros em alguns apontamentos publicados sobre a arquitetura popular portuguesa e, apesar das expectáveis diferenças de abordagem em relação ao presente, legaram-nos dados importantes sobre a arquitetura um país onde as técnicas e os materiais de construção mais utilizados permaneciam ainda largamente intocados pela industrialização.

Coube efetivamente a Ribeiro a criação de uma matriz taxonómica da arquitetura popular portuguesa que teria larga influência nas décadas seguintes. Este modelo baseia-se na existência de uma dicotomia primordial na nossa arquitetura tradicional entre o Portugal do “barro”, de feição mediterrânica, herdeiro das tradições latina e muçulmana, e o do “granito”, mais vetusto, refratário às mudanças, herdeiro da reação dos povos pré-romanos à romanização do qual parecia ser ainda uma reminiscência, na senda das teorias difusionistas dos etnólogos do século XIX.

Em 1961 é publicada a obra *Arquitetura Popular em Portugal*, em resultado do extenso *Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa levado a cabo nos anos 50* sob a direção do arquiteto Keil do Amaral, que finalmente se concretiza após antigos e sucessivos apelos para a necessidade de proceder ao estudo sistemático da arquitetura das várias regiões do país. Para além de alguma polémica em relação à existência ou não de diretrizes formais que uniformizassem a metodologia do trabalho de campo das diversas equipas que percorreram o país<sup>1</sup> assume-se a intenção clara de desmistificar a existência de um “estilo” único na nossa

---

<sup>1</sup> TOSTÕES, 1997.

arquitetura popular. No entanto, se por um lado se pretendeu enfatizar a notória diversidade daquela arquitetura (à partida não compatível com a existência de um modelo de “*casa portuguesa*”), traduzida em fotografias bastante expressivas dessa riqueza, paradoxalmente este estudo irá conformar-se dentro dos limites conceptuais da escola geográfica de Ribeiro, cuja evidência se anuncia logo nos critérios da divisão regional.

Não terá sido estranha à pesquisa de quem se interessou tão vivamente pela arquitetura popular a existência de diferentes tipos de materiais e processos construtivos. Contudo, no que se foi publicando desde os anos 40 sobre o assunto, alguns dos processos e técnicas construtivos aparentemente mais “primitivos” (pese embora a ambiguidade e, até, imprecisão do termo) encontram-se incompreensivelmente ausentes, tendo em conta a representatividade de tais estruturas no universo das construções, principalmente nas zonas rurais.

Procurando compreender as razões para o desconhecimento geral da comunidade científica em relação a alguns modos de construir das populações rurais, podemos apenas especular que vários materiais usados nas construções não terão suscitado o interesse que se esperaria em pesquisas amplas, como os “levantamentos” de arquitetos, engenheiros e antropólogos, por se considerar que corresponderiam a meras soluções de recurso, destinadas a suprir a ausência de outras de melhor qualidade, ou que se destinariam a construções subsidiárias de caráter precário.

Apesar de a maioria da nossa documentação histórica refletir atos de natureza formal e de nem sempre poder corresponder às expectativas e necessidades pontuais dos investigadores, existem numerosas referências a outros materiais de construção para além da pedra e da terra, usados em processos construtivos diversificados um pouco por todo o território. Porém, não desmerecendo a preponderância daqueles materiais na história da arquitetura popular portuguesa, não é realista coartar a diversidade da nossa arquitetura popular, submetendo-a a modelos de análise pré-concebidos.

Para além das madeiras autóctones que, além de outras utilizações, desde sempre serviram para a construção de estruturas de suporte das coberturas, resguardo de varandas e escadarias, tem-se notícia da utilização da cortiça em Portugal na construção desde, pelo menos, o período da ocupação muçulmana. Ao invés da atualidade em que o sobreiro se concentra em extensas zonas de certas regiões do país, no passado esta espécie teve uma implantação muito mais extensa no território nacional, coexistindo em praticamente todas as regiões com outras espécies arbóreas locais. Assim, a existência de cortiça, o seu reduzido valor comercial e as suas qualidades intrínsecas e naturalmente intuídas pelas populações criaram a apetência pelo seu uso.

## A CORTIÇA NA ARQUITETURA TRADICIONAL PORTUGUESA

A extração da cortiça e o seu aproveitamento popular, muitas vezes levados quase até à delapidação do património florestal suberícola, estão comprovados abundantemente nos documentos históricos portugueses do período medieval, sendo recorrente, de uma forma sistemática, a produção de documentação régia e concelhia que procurava regulamentar a utilização da cortiça por parte das populações. Exemplos disso são as disposições contidas nos forais atribuídos por D. Dinis e as Ordenações do Reino posteriores.

As interdições e restrições impostas à exploração de madeiras e cortiça por parte das populações levantam interrogações a que a documentação histórica nem sempre consegue responder. Que utilidade teria para as populações esta matéria-prima, a ponto de a sua extração fazer perigar a sobrevivência dos sobreiros? Não é a cortiça um recurso florestal renovado ciclicamente? Sendo certo que as utilizações tradicionalmente atribuídas à cortiça se referem ao fabrico de rolhas, colmeias, boias para as redes de pesca e pouco mais que pequenos utensílios, como poderia então o seu aproveitamento ser prejudicial?

Uma explicação plausível para aquelas questões foi defendida pelo historiador francês Albert Silbert<sup>2</sup>. Segundo este, a cortiça era sistematicamente retirada para se aproveitar o entrecasco dos sobreiros, rico em tanino, detentor de valor comercial superior por ser amplamente utilizado nos “pelames”, isto é, nas oficinas em que os couros eram tratados. Em resultado deste tipo de práticas, as árvores seriam dizimadas por indivíduos que invadiam os coutos e as terras concelhias, sendo este costume a base das repetidas (e, por sinal, pouco eficazes) proibições decretadas pelos poderes instituídos ao longo de vários séculos.

A hipótese de Silbert é reforçada pelas evidências que resultaram da análise toponímica de alguns locais em que a cortiça foi largamente utilizada na construção<sup>3</sup>. Assim, topónimos como *cernado* e *cascada*, indiciam, em conjugação com a investigação dos materiais de construção usados localmente, práticas ancestrais de aplicação de matérias-primas de origem florestal na construção, em que a cortiça retirada das árvores, quer por via daqueles costumes (pouco consentâneos com o que hoje se considera sustentabilidade), quer por práticas menos agressivas, seria largamente utilizada enquanto material de construção em diversas regiões onde existiam sobreiros.

Os usos construtivos da cortiça foram sistematicamente menosprezados pela nossa bibliografia especializada, existindo poucas referências à sua utilização nas

---

<sup>2</sup> SILBERT, 1978: 470.

<sup>3</sup> FERREIRA, 2000.

construções, sendo aludida quanto muito de forma genérica, remetendo-a para usos muito circunscritos no tempo e no espaço. Com base nas referências históricas, por um lado, e nos exemplares de construções ainda existentes utilizando processos construtivos com cortiça até então não estudados, por outro, datam de finais do século passado e dos primeiros anos deste século os primeiros trabalhos de investigação dedicados à utilização da cortiça na arquitetura tradicional portuguesa<sup>4</sup>. Em território português, os mais antigos registos conhecidos da utilização da cortiça em estruturas construtivas consistem em silos tardomedievais, tendo aquele material sido aí usado como revestimento. No entanto, são numerosas as referências documentais ao seu uso, na cobertura de edifícios em contextos rurais e urbanos de norte a sul do território.

Com o esforço de repovoamento do território, o aumento demográfico, o crescimento dos núcleos populacionais existentes e a criação de outros em regiões há muito tomadas pela vegetação natural, aumentou a procura de matérias-primas utilizáveis na construção que as necessidades do momento exigiam e a disponibilidade dos recursos tornavam possível. Em meados do século XVI a utilização da cortiça enquanto material de construção seria relativamente comum em boa parte do território continental. Prova disso são as numerosas alusões ao seu uso para a cobertura de habitações e revestimento de paredes e tetos, não só nas regiões hoje conhecidas pela existência do montado industrial, mas também noutras em que o sobreiro, não sendo a espécie arbórea predominante, estava bem presente no quotidiano das populações.

O uso popular da cortiça está bem documentado em imagens da autoria de Duarte de Armas<sup>5</sup> de povoações fortificadas, em que, a par de palha e de telhas, são utilizadas pranchas de cortiça na cobertura de um número significativo de construções.



Fig. 1. Penha Garcia, vista de oeste<sup>6</sup>.



Fig. 2. Penha Garcia, pormenor da vista Este, em que se observa um moinho de água com uma cobertura de cortiça<sup>7</sup>.

<sup>4</sup> FERREIRA, 2000; —, 2005.

<sup>5</sup> ARMAS, [1510]1990.

<sup>6</sup> ARMAS, [1510]1990:59.

<sup>7</sup> ARMAS, [1510]1990:60.

O tipo de utilização documentado também em localidades de Trás-os-Montes por Duarte de Armas é confirmado em numerosas referências históricas medievais e quinhentistas um pouco por todo o país, a que se somam outros exemplos de aplicações da cortiça no revestimento de tetos e paredes de edifícios civis e religiosos em vários locais, o que comprova um grau de utilização até há pouco desconhecido e que ultrapassou aplicações estritamente populares.

No convento da Arrábida e, de forma mais expressiva, no de Santa Cruz da Serra de Sintra foi usada com profusão a cortiça em variadas situações. Esta utilização, para além dos considerandos de ordem ideológica que levaram à sua aplicação, não deixará de refletir certamente os usos que aquele material teria na arquitetura popular, cuja experiência de rusticidade os religiosos quiseram também partilhar.

Data do século XVII a mais antiga referência conhecida à cortiça enquanto material verdadeiramente estrutural em termos construtivos. Sendo certo que as escavações arqueológicas em silos medievais no Castro da Cola e na denominada Sinagoga de Castelo de Vide levaram à identificação de revestimentos de cortiça nas paredes, o seu uso em conjugação com a terra e a descrição do processo construtivo são pela primeira vez noticiados numa viagem de Cosme de Médicis a Portugal em 1669<sup>8</sup>.

Num local entre Montemor-o-Novo e Setúbal foram então descritos um conjunto de construções em que a cortiça e o barro eram utilizados para a edificação de paredes, recorrendo a um processo construtivo que tem similitude com construções que tivemos ocasião de estudar<sup>9</sup> e em que pedaços de cortiça de dimensão variável eram misturados com terra, provavelmente no interior de um taipal. Aquele tipo de construções seria comum em algumas zonas mais isoladas do sul do país, onde predominavam os sobeiros, existindo pequenos focos de povoamento denominados *Cortiçadas* cujas referências começam a aflorar na documentação e em obras literárias, principalmente a partir do século XVI. Este topónimo, apesar de nem sempre se referir a zonas em que se recorreu a processos construtivos com cortiça (sendo, por vezes, locais de mera extração e concentração de meadas de cortiça), evoca, em algumas situações, utilizações construtivas específicas. Deste modo, a exemplo das casas *palhaças* ou *colmadas*, cobertas de palha, as *cortiçadas* corresponderiam a construções cobertas com pranchas de cortiça<sup>10</sup>.

<sup>8</sup> SANCHEZ-RIVERO, s/d: 257

<sup>9</sup> FERREIRA, 2000; —, 2005.

<sup>10</sup> Como prova do que afirmámos está a referência de Bernardim Ribeiro ([1554] 1989:96) em *Menina e Moça*, a “uma choupana de sebes cortiçada por cima” (I:16) e várias em diversas obras de Gil Vicente. Também em território espanhol, em Valencia de Alcantara, subsiste ainda hoje a *Calle Cortizada*, outrora habitada por muitos portugueses, a que não seria estranha a interdição da aplicação de cortiça



Fig. 3. Alvenarias de cortiça, Herdade da Cascada, Cortiçadas de Lavre (Montemor-o-Novo).  
Foto do autor.



Fig. 4. Alvenarias de cortiça, Gralheira, Cortiçadas de Lavre (Montemor-o-Novo).  
Foto do autor.

Embora o topónimo *Cortiçadas* esteja presente em várias regiões do país, é ao Alentejo que ele se encontra de forma mais direta associado, não somente devido à existência de sobreiros, mas a focos de povoamento em que se utilizava a cortiça nas construções, como cobertura ou mesmo enquanto elemento estrutural de edificação. Neste último caso, aquela é aplicada em misturas com a terra num tipo construtivo que constitui uma derivação da taipa comum, ou mesmo como elemento principal, formando paredes com placas de cortiças sobrepostas.

Aquilo que a seu tempo designámos como *alvenarias de cortiça* foi por nós identificado pela primeira vez em 1998 em várias construções na zona de Cortiçadas de Lavre (Montemor-o-Novo) e posteriormente verificado em outras regiões díspares a sul do Tejo, desde Santiago do Cacém ao Gavião. Aquelas construções terão servido, pelo menos numa última fase, como palheiros e abrigos de animais e instrumentos agrícolas, havendo, no entanto, outros casos em que é

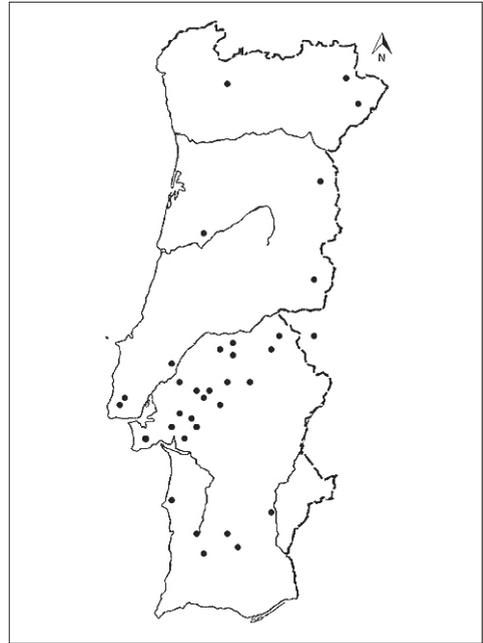


Fig. 5. Mapa de distribuição das referências à utilização de cortiça em construções.  
Mapa do autor.

nas casas decretada nas *Ordenanzas* daquela cidade em meados do século XV (cap. XXXV), (BOHORQUEZ JIMENEZ, 1982).

possível confirmar a existência de várias estruturas habitacionais ainda ocupadas que conservam paredes de cortiça, muitas recobertas com revestimentos modernos. Nestes casos, por vezes no decurso de obras de remodelação, é possível pôr a descoberto os materiais que compõem as paredes, havendo vários relatos de serem encontradas placas de cortiça nas estruturas de igrejas e habitações.

À medida que os usos da casca do sobreiro se diversificavam e o preço daquela matéria-prima aumentava em consequência da sua procura no mercado internacional, extinguiu-se o quadro económico e social que permitiu a sua aplicação na arquitetura popular durante séculos e em várias regiões. A alteração dos paradigmas económicos que se traduziu, entre outros, na utilização de cortiça no fabrico de rolhas e aglomerados diversos em fábricas, fez aumentar exponencialmente o valor deste material. Como é fácil comprovar pelos testemunhos registados, os proprietários de muitos edifícios em que existia cortiça procederam à demolição de muitas estruturas com o intuito de a venderem à indústria corticeira, o que constitui um caso único entre os materiais de construção de tipo tradicional. Sabemos, mais uma vez pelo diálogo com populares já idosos, que ainda em meados do século XX se procedeu ao reaproveitamento dos materiais em novas construções, entrando aqueles processos construtivos, posteriormente, no caminho de esquecimento.

## BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, Francisco Keil do, *et al.* ([1961]1988) – *Arquitetura Popular em Portugal*. 3ª ed. Lisboa: Ordem dos Arquitetos.
- ARMAS, Duarte de ([1510]1990) – *Livro das Fortalezas*. Lisboa: ANTT/ Inapa.
- BOHORQUEZ JIMENEZ, Domingo, *ed.* (1982) – *Ordenanzas del Concejo de Valencia de Alcántara*. Cáceres: Institución Cultural El Brocense.
- CONDE, Manuel Sílvio Alves (2011) – *Construir, Habitar: A Casa Medieval*. Braga: CITCEM.
- (2012) – *Usos da Cortiça na Construção Corrente Tardomedieval e Quinhentista*. In MELO, Arnaldo de Sousa & RIBEIRO, Maria do Carmo, *coord.* – *História da Construção. Os Materiais*. Braga: CITCEM, p. 221-241.
- FERREIRA, Rui Fontes (2000) – *Construções de Cortiça e Terra de Cortiçadas de Lavre*. «Almansor», Série I, nº 14. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal, p. 325-339.
- (2005) – *Cortiça na Arquitetura Tradicional Portuguesa: um Material Construtivo Ignorado*. In FERNANDES, Maria & CORREIA, Mariana, *eds.* – *Arquitetura de Terra em Portugal*. Lisboa: Argumentum, p. 114-118.
- LEAL, João (2000) – *Etnografias Portuguesas (1870-1970)*. *Cultura Popular e Identidade Nacional*. Lisboa: D. Quixote.
- (2009) – *Arquitetos, Engenheiros, Antropólogos: Estudos sobre Arquitetura Popular no Século XX Português*. Porto: Fundação Arquiteto José Marques da Silva.

- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de & GALHANO, Fernando (1994) – *Arquitetura Tradicional Portuguesa*. 2ª ed. Lisboa: D. Quixote.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim (1995) – *Construções Primitivas em Portugal*. 3ª ed. Lisboa: D. Quixote.
- PEIXOTO, António da Rocha (1995) – *Etnografia Portuguesa. Obra Etnográfica Completa*. Lisboa: D. Quixote.
- RIBEIRO, Bernardim – ([1554] 1989), *Menina e Moça*. Lisboa, Círculo de Leitores.
- RIBEIRO, Orlando ([1945] 1986) – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. 4ª ed. Lisboa: Sá da Costa.
- SANCHEZ-RIVERO, A., et al. [s.d.] – *Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal (1668-1669)*. Madrid: Centro de Estudios Historicos,
- SILBERT, Albert (1978) – *Le Portugal Méditerranéen á la fin de l'Ancien Régime*, II. Lisboa: INIC.
- SILVA, Joana Guerreiro (2009) – *A Utilização da Cortiça na Arquitetura Tradicional Portuguesa*. Porto Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Prova final de licenciatura em Arquitetura.
- TOSTÕES, Ana (1997) – *Os Verdes Anos na Arquitetura Portuguesa dos Anos 50*. Porto: FAUP.
- VASCONCELOS, José Leite de (1975) – *Etnografia Portuguesa. Tentame de Sistematização*, VI. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

